

Contratos de dinamização cultural

15. Contratos de dinamização cultural.

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga, tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos:

- a) **ARCUM** – Associação Cultural e Recreativa Universitária do Minho, no valor de 6.500,00€,
- b) **Centro Cultural e Social de Santo Adrião**, no valor de 1.500,00€,
- c) **Tuna Feminina Universitária do Minho - Gatuna**, no valor de 4.500,00€,
- d) **Suonart – Associação Cultural**, no valor de 35.000,00€,
- e) **A.M.T.M – Projet´arte na Tradição, Associação**, no valor de 14.000,00€,

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Nº Informação: 39730

Data: 22/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: ARCUM - Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho

A **ARCUM – Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 35/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 35/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/23851/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, dos sete grupos constituintes, GMP - Grupo de Música Popular da Universidade do Minho, GPUM - Grupo de Poesia da Universidade do Minho, TUM - Tuna Universitária do Minho, GFUM - Grupo Folclórico da Universidade do Minho, Bomboémia - Grupo de Percussão da Universidade do Minho, Tun'ao Minho – Tuna Académica Feminina da Universidade do Minho e Grupo de Fados da ARCUM, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma associação fundada em 1991 e é instituída com um fim de recolha, investigação, divulgação e ensino da música portuguesa, bem como a defesa da etnografia e do património cultural, e da promoção do intercâmbio cultural e recreativo com outras instituições nacionais e estrangeiras congêneres. É uma associação constituída por sete grupos, nomeadamente, GMP - Grupo de Música Popular da Universidade do Minho, GPUM - Grupo de Poesia da Universidade do Minho, TUM - Tuna Universitária do Minho, GFUM - Grupo Folclórico da Universidade do Minho, Bomboémia - Grupo de Percussão da Universidade do Minho, Tun'ao Minho – Tuna Académica Feminina da Universidade do Minho e Grupo de Fados da ARCUM. De referir que seu projeto cultural, concretiza-se na programação de diversas iniciativas e em apresentações públicas, realizadas pelos diferentes grupos culturais constituintes. Refira-se ainda que esta entidade introduz novas dinâmicas ao ecossistema cultural e criativo concelhio através da prossecução de atividades de diversa índole na área da música, dança, poesia e percussão que permitem um incremento da oferta cultural existente e pressupõem uma participação e envolvimento efetivo da comunidade. Saliente-se que a supracitada entidade tem por objetivo a difusão das tradições e costumes locais, permitindo o fortalecimento da identidade local.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **6.500,00 euros** com a ARCUM - Associação Recreativa e Cultural Universitária Minho, pessoa coletiva n.º 502 652 381, com sede na Rua Dom Pedro V, n.º 88, R/C, 4710-374 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 39669

Data: 22/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Centro Cultural e Social de Santo Adrião

O **Centro Cultural de Social de Santo Adrião**, devidamente inscrito no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 90/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 90/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/19364/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente do projeto relativo ao canto polifónico - Coro Allegretus, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que o suprarreferido é uma entidade que desenvolve um conjunto de atividades de diversa índole e detém diversas valências nomeadamente de âmbito social, cultural, artístico e recreativo e desportivo. De salientar, que o Coro Allegretus é parte integrante do Centro Cultural e Social de Santo Adrião (CCSSA) na seção de âmbito cultural. A sua inserção no mesmo foi regulamentada em 2016 e edificou como ação nevrálgica, a partilha do canto polifónico com a comunidade através do desenvolvimento de iniciativas musicais que possibilitem o fomento e o enfoque no envolvimento e participação comunitária. Instituído com o fim de promoção, preservação e divulgação do canto polifónico no concelho, é portador de um repertório assinalável de âmbito clássico, popular, sacro e ligeiro. Refira-se a relevância da sua ação na promoção e aprendizagem do canto coral e na criação de repertório, como formas de manter vivo o espólio musical enquanto objeto cultural que veicula uma transmissão cultural e o seu respetivo impacto na comunidade local em termos de introdução de novas dinâmicas culturais e sociais que promovem a integração social e a participação cultural. Neste sentido, o Coro Allegretus enceta um projeto cultural que estimula o aprofundamento e cria um ambiente favorável à aprendizagem musical, estimulando a criação artística, ao mesmo tempo que permite o enriquecimento cultural e reforça a diversidade cultural existente. Refira-se que o seu projeto cultural tem por base o desenho e a programação de iniciativas regulares e de apresentações públicas que contribuem para a dinâmica cultural concelhia e permitem a formação de novos públicos nesta área musical específica.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **1.500,00 euros** com o Centro Cultural e Social de Santo Adrião, pessoa coletiva n.º 501 483 667, com sede na Rua Centro Cultural e Social de Santo Adrião, n.º 8, 4715-016 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 40003

Data: 22/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Tuna Feminina Universitária do Minho - Gatuna

A **Tuna Feminina Universitária do Minho – Gatuna**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 21/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;

- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
- b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
- c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
- d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.

- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.

- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;

- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;

- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 21/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/22207/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma entidade que prossegue uma atividade cultural contínua e de intervenção no panorama cultural concelhio, através da programação e organização de iniciativas, bem como, de participações públicas, que confluem na promoção e divulgação da cultura e da tradição académica. De referir que no âmbito da sua ação contribui para a difusão das tradições e costumes locais, permitindo o fortalecimento da identidade local. De salientar ainda que a entidade assume uma especial relevância ao nível da introdução de novas dinâmicas de carácter cultural e artístico, que potenciam o desenvolvimento da educação artística, tendo como ponto de partida o envolvimento e a participação ativa da comunidade. Neste sentido, importa referir o seu contributo e incentivo para o fomento da criatividade, inovação e o espírito de iniciativa. Refira-se ainda a importância do seu contributo para o incremento da dinâmica cultural concelhia, realizada através da promoção de atividades de teor cultural e artístico, que permitem uma efetiva promoção e divulgação do património cultural bracarense e reforçam a diversidade cultural existente.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **4.500,00 euros** com a Tuna Feminina Universitária do Minho – Gatuna, pessoa coletiva n.º 504 068 997, com sede na Rua Dom Pedro V, n.º 88, Sala 3, 4710-374 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 40040

Data: 22/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Suonart – Associação Cultural

A **Suonart – Associação Cultural**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 173/2015, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projeto, que visa a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 173/2015, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/13457/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de uma atividade constante do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente, do projeto específico “IV Temporadas de Música de Câmara - Braga”, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“v. Parcerias de produção e intercâmbio”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida entidade prossegue uma atividade regular e é instituída com um fim de promoção, divulgação e incentivo à criação artística, formação e desenvolvimento de novos públicos na área da música erudita. Saliente-se que a iniciativa, “Temporadas de Música de Câmara” é um projeto contínuo e diferenciador, na sua 4.ª edição, e tem como objetivos específicos, atender à promoção da acessibilidade e fruição cultural e estética de música erudita, através da programação de um ciclo de concertos de música que possam permitir simultaneamente uma divulgação de repertório de Música de Câmara menos conhecido do público, bem como, garantir a criação e desenvolvimento de públicos nesta área específica. Neste sentido, trata-se de uma iniciativa que permite a criação de património musical, a par da valorização e formação dos profissionais do meio musical, concretizado através do estabelecimento de importantes colaborações artísticas. Desta forma, permite simultaneamente evidenciar o talento de jovens músicos, bem como, efetuar uma junção ao projeto intérpretes reconhecidos no panorama musical português e músicos consagrados a nível internacional para a criação de uma interação artística ímpar e que contribua para o desenvolvimento do ecossistema artístico e cultural bracarense. Por conseguinte pretende conferir de uma maior visibilidade e projeção nacional e internacional à produção artística e cultural local.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **35.000,00 euros** com a Suonart – Associação Cultural, pessoa coletiva n.º 513 482 504, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 262, 1.º, 4710-914 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 39539

Data: 22/04/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: A.M.T.M – Projet´arte na Tradição, Associação

A **A.M.T.M – Projet´arte na Tradição, Associação**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 128/2015, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 128/2015, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/25322/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente dos projetos específicos “O Cavaquinho nas Escolas” e da “OCTB – Orquestra de Cordofones Tradicionais de Braga” acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

“vi. Iniciativas destinadas a públicos infantis e juvenis, nomeadamente complementares das atividades curriculares, fomentando o interesse das crianças e dos jovens pela cultura”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a entidade visa a promoção, recolha, divulgação e ensino da música tradicional e das tradições, baseado no pressuposto do fomento ao envolvimento e à participação comunitária. Ressalve-se ainda, a prossecução de uma atividade cultural contínua e de intervenção no panorama cultural concelhio, através da programação e organização de iniciativas, bem como, de participações públicas, que confluem na promoção e sensibilização para a preservação do património cultural e da identidade local. A esta atividade acresce ainda um domínio de intervenção pedagógica, através do desenvolvimento de ações de formação musical em instrumentos tradicionais portugueses, o que permite uma integração identificativa da transmissão cultural e da importância da vertente cultural e social na comunidade. Neste sentido, o projeto “Cavaquinho nas Escolas”, consiste na realização de sessões pedagógicas e didáticas de promoção do cordofone Cavaquinho, junto dos vários agrupamentos de escola concelhios, com o intuito de sensibilização para a preservação e divulgação deste instrumento musical tradicional. Concomitantemente, o projeto “OCTB – Orquestra de Cordofones Tradicionais de Braga”, pretende promover a realização de concertos pedagógicos e didáticos nos vários agrupamentos de escola concelhios e no concelho. Estes projetos confluem no intuito de desenvolvimento e formação de novos públicos, preservação e divulgação dos instrumentos musicais tradicionais, reforço da identidade cultural e das tradições. De salientar que o projeto contribui para o desenvolvimento cultural local, através da introdução de novas dinâmicas alicerçadas na promoção da música tradicional, permitindo o reforço da diversidade cultural e fomento do envolvimento e participação comunitária.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **14.000,00 euros** com a A.M.T.M – Projét’arte na Tradição, Associação, pessoa coletiva n.º 513 460 020, com sede na Praça Camilo Castelo Branco, n.º 4, 1.º Trás, 4700-209 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.